



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS
CÂMARA TÉCNICA DE ASSUNTOS LEGAIS E INSTITUCIONAIS

Parecer Técnico Conclusivo nº 02/2017/CTIL/CNRH/MMA

Assunto: Proposta de Moção que Recomenda ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado de Goiás, à Assembleia Legislativa de Goiás e ao Ministério Público que, no âmbito de suas respectivas competências, adotem os procedimentos necessários para o restabelecimento do Conselho Estadual de Recursos Hídricos de Goiás.

1. Histórico

1.1. O Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Paranaíba encaminhou ao Conselho Nacional de Recursos Hídricos, via Ofício Circular Nº010/2017/DIR, de 29.03.17, a Moção nº 19/2017, que se manifesta contrária a Lei Estadual nº 19.574, de 29 de dezembro de 2016, na parte que extingue o Conselho Estadual de Recursos Hídricos do Estado de Goiás e sua incorporação ao Conselho Estadual de Saneamento, Meio Ambiente e Recursos Hídricos.

1.2. A Câmara Técnica de Assuntos Legais e Institucionais (CTIL), na 139ª Reunião, em 24 e 25.05.17, tomou conhecimento da norma. Os representantes manifestaram preocupação com o retrocesso na Política Nacional de Recursos Hídricos. Mas entenderam que antes de se posicionarem, seria importante encaminhar a referida moção ao plenário do CNRH.

1.3. Em 29.06.17, o assunto entrou na pauta da 37ª Reunião Ordinária do CNRH. Ocasão em que o Plenário demandou a CTIL que se manifestasse sobre o assunto. Para participar desta reunião foi convidado o Secretário da pasta de Recursos Hídricos de Goiás, que por motivo de agenda, não pode comparecer.

2. Análise/Fundamentação

2.1. A CTIL, na 140ª Reunião, realizada nos dias 30 e 31.08.17, retomou a discussão sobre a extinção do Conselho Estadual de Recursos Hídricos de Goiás. Participou dessa reunião o Superintendente de Recursos Hídricos de Goiás, Alexandre Kepler Soares, da Secretaria de Estado de Meio Ambiente, Recursos Hídrico, Infraestrutura, Cidades e Assuntos Metropolitanos (SECIMA). Nesta ocasião, ele explicou que a alteração da Lei Estadual nº 19.574/2016 se deu no contexto da reforma administrativa do Estado, culminado com a fusão de três Conselhos: saneamento, recursos hídricos e meio ambiente.

2.2. Informou que a partir da publicação da referida lei participaram de várias reuniões, inclusive naquela em que o CBH Paranaíba aprovou a Moção nº 19/2017. Informou, ainda, sobre a Moção nº 1 do Fórum Goiano de Recursos Hídricos, de 21.06.17, de semelhante teor.

2.3. Declarou que todas essas ações geraram o Processo SEI nº 201700017001476, no qual consta documento da Superintendência corroborando as manifestações de se restabelecer o Conselho Estadual de Recursos Hídricos. Faz parte deste processo, também, a manifestação do Conselho de Saneamento, Recursos Hídricos e Meio Ambiente, de 04.07.17, em que solicita o restabelecimento do Conselho Estadual do Meio ambiente e do Conselho Estadual de

Recursos Hídricos. Sugere, ainda, que o Conselho Estadual de Saneamento seja unificado ao Conselho Estadual de Goiás. Toda documentação relacionada foi entregue na reunião.

2.4. A CTIL reiterou a preocupação com as alterações realizadas no âmbito do Sistema Estadual de Recursos Hídricos de Goiás e, motivada pela correspondência do CBH Paranaíba e pela fala do representante de Goiás, acordou por elaborar moção direcionada ao Governador de Goiás, a Assembleia Legislativa de Goiás e ao Ministério Público.

2.5. O Sr. Alexandre Kepler agradeceu a oportunidade e enfatizou que a moção do CNRH seria importante para reforçar e dar celeridade na recomposição dos Conselhos de Recursos Hídricos e de Meio Ambiente de Goiás, e conseqüentemente no fortalecimento do Sistema Estadual de Recursos Hídricos.

2.6. Assim, considerando as competências do Conselho Nacional de Recursos Hídricos em formular a Política Nacional de Recursos Hídricos, nos termos da Lei nº 9.433/1997, e de zelar pelo Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, em que é o ente máximo. E, ainda, que na composição do CNRH consta os Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos, a CTIL ratificou a urgência em se recomendar o pronto restabelecimento do Conselho Estadual de Recursos Hídricos de Goiás.

2.7. Em função do tempo, foi solicitado que à Secretaria Executiva do CNRH preparasse uma minuta para que os representantes da CTIL pudessem colaborar. Este procedimento foi realizado via mensagem eletrônica. Foram recebidas contribuições do Sr. Adão Martins Teixeira Junior, Ministério de Minas e Energia, Sr. Sergio Gonçalves, Ministério de Meio Ambiente, e Sr. Wilson de Azevedo Filho, Pescadores e Usuários de Água para o Lazer e Turismo.

2.8. Para elaboração da norma foram consideradas as documentações supracitadas e as manifestações no âmbito do CNRH. As modificações realizadas no texto e no formato da norma visaram ao melhor entendimento da proposta, cuja redação final encontra-se no anexo deste parecer.

3. Conclusão

3.1. Considerando o exposto e a importância do CNRH se manifestar sobre a extinção do Conselho Estadual de Recursos Hídricos de Goiás, submete-se a matéria ao Plenário para apreciação e deliberação pelos Conselheiros.

Este é o parecer

Em, 27 de maio de 2016.


SÉRGIO GONÇALVES
Presidente da CTIL



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS
MINUTA MOÇÃO N.º 1, DE 15 DE MARÇO DE 2017

Recomenda ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado de Goiás, à Assembleia Legislativa de Goiás e ao Ministério Público que, no âmbito de suas respectivas competências, adotem os procedimentos necessários para o reestabelecimento do Conselho Estadual de Recursos Hídricos de Goiás.

O CONSELHO NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS - CNRH, no uso das competências que lhe são conferidas pelas Leis nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, nº 9.984, de 17 de julho de 2000, nº 12.334, de 20 setembro de 2010, pelo Decreto nº 4.613, de 11 de março de 2003, e tendo em vista o disposto em seu Regimento Interno, anexo à Portaria MMA nº 437, de 08 de novembro de 2013; e

Considerando a Lei nº 9.433/1997, que institui a Política Nacional de Recursos Hídricos e criou o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, abrangendo os Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos como parte integrante deste Sistema;

Considerando a Moção do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Paranaíba nº 19, de 15 de março de 2017, que se manifesta contrária a Lei Estadual nº 19.574, de 29 de dezembro de 2016, na parte que extingue o Conselho Estadual de Recursos Hídricos do Estado de Goiás e sua incorporação ao Conselho Estadual de Saneamento, Meio Ambiente e Recursos Hídricos;

Considerando a Moção do Fórum Goiano de Recursos Hídricos nº 01, de 25 de maio de 2017, que critica à extinção do Conselho Estadual de Recursos Hídricos e do Conselho Estadual do Meio Ambiente, bem como a sua incorporação ao Conselho Estadual de Saneamento, Meio Ambiente e Recursos Hídricos criado pela Lei Estadual nº 19.574/2016;

Considerando que os Sistemas de Recursos Hídricos, Meio Ambiente e Saneamento possuem políticas próprias e, que a existência de um Conselho único abrangendo essas três temáticas certamente comprometerá a tomada de decisões e fragilizará os debates afetos a cada uma dessas políticas;

Considerando o cenário corrente de escassez de recursos hídricos por que passa o Estado de Goiás, e a possibilidade de agravamento em função de previsões climáticas;

Considerando que os Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos são essenciais para a gestão dos recursos hídricos assim como parte integrante do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos;

Considerando os avanços alcançados nos últimos 20 anos da Política Nacional de Recursos Hídricos e que compete ao CNRH zelar pela implementação dessa Política; e

Considerando, em especial, as argumentações apresentadas nas moções supracitadas e as manifestações no âmbito do CNRH resolve:

Aprovar Moção dirigida ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado de Goiás, à Assembleia Legislativa de Goiás e ao Ministério Público recomendando que, no âmbito de suas respectivas competências, adotem os procedimentos necessários para o reestabelecimento do Conselho Estadual de Recursos Hídricos de Goiás.